

TIBLE, Jean. *Marx Selvagem*. 3ª edição. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

Samuel Rocha Ferreira
Mestre em História Social
Universidade Federal de São Paulo – USP
samueellrochafe@hotmail.com

Recebido em: 03/09/2020

Aceito em: 06/12/2020

A relação entre o pensamento marxiano e as cosmopolíticas indígenas ainda não foi suficientemente escrutinada nas ciências sociais ou na historiografia brasileiras por um conjunto de razões: primeiro, as sociedades indígenas não foram levadas a sério durante muito tempo; segundo, o alegado caráter eurocêntrico das análises de Marx. Por fim, cabe observar que o marxismo não é uma base teórica usualmente empregada pelos historiadores da “Nova História Indígena”.

Mas é justamente este diálogo improvável que encontramos no livro *Marx Selvagem*, de Jean Tible. Originalmente tese de doutorado, *Marx Selvagem* foi publicado pela primeira vez em 2011, conhecendo acolhida positiva. Em 2018 foi publicada a terceira edição do livro, revista e ampliada.

A proposta do livro é confrontar o pensamento de Marx com as “lutas ameríndias e uma certa antropologia” (p.27). Não se trata de uma questão puramente teórica, pois é fato inegável que a “expansão do capitalismo [...] penetrou em todos os espaços do planeta, alcançando mesmo os povos indígenas” (p.28). Neste sentido, o diálogo foi informado pelas lutas geradas por este processo e pelo seu apreender teórico, fossem as teorias- lutas de Marx ou as cosmopolíticas indígenas. A compreensão deste apreender teve como ponto de partida metodológico o conceito de “simetria”, isto é, o estabelecimento de análises não eurocêntricas, a intenção de “trabalhar a partir das perspectivas nativas”, (p.40).

O argumento que é desenvolvido ao longo do livro é o de que no diálogo entre Marx e a América indígena articula-se “a crítica de duas formas de transcendência, do Estado (divisão entre o representante e o representado) e do capital (divisão entre o produtor e o produto)” (p.288). Se a

crítica ao Estado e ao capital não é exatamente nova, o ponto importante aqui é que ela deve ser feita em bases não eurocêtricas. Isto demanda, em primeiro lugar, romper com o paradigma estatal, que naturaliza o Estado e que cria categorias analíticas e escalas classificatórias nas quais quanto mais próximas as sociedades estão do Estado, mais desenvolvidas elas são. Em segundo lugar, o diálogo também se torna possível e produtivo a partir do questionamento da separação do par natureza e cultura, o que possibilitaria pensar significados outros para a noção de “produção”.

O livro é dividido em três capítulos. No primeiro, a partir de uma leitura meticulosa dos textos de Marx e Engels, Tible analisa como eles refletiram sobre os “outros”. Entre 1840 e 1860, eles pensaram os grupos não europeus ocidentais dentro de um arcabouço evolucionista de estágios de desenvolvimento das sociedades, classificando-os como “semi bárbaros”, “sem história” e carentes de civilização (p.55-58).

A partir de 1860, Marx e Engels se tornaram crescentemente críticos do colonialismo, e nos escritos deles a visão evolucionista e linear da História perde força. Neste sentido, é significativo que eles tenham abandonado a noção de “povos sem História” (p.66-69). Após a publicação de *O Capital*, Marx deixou de utilizar a noção de progresso e reconheceu a multiplicidade de desenvolvimentos históricos a partir de dois processos: o contato com as discussões teóricas acerca da comuna rural na Rússia (*mir*); o diálogo com os estudos feitos por antropólogos, especialmente Lewis Morgan. A análise de Tible certamente seria mais rica se tratasse da questão do evolucionismo na obra deste antropólogo, afinal, conforme Tible, ele foi central para Marx se afastar de posições eurocêtricas.

O segundo capítulo *Marx e Clastres contra o Estado* é certamente o melhor do livro. Tible demonstra não apenas que Marx e Clastres associaram o Estado ao capitalismo, mas também à recusa da alteridade e à homogeneização. A partir da leitura das obras de ambos autores, Tible argumenta que tanto Marx quanto Clastres desenvolveram uma visão anti estatal a partir de pontos de partida distintos. Na obra do revolucionário alemão, o Estado é analisado como uma universalidade que seria a mistificação da dominação de classe. De fato, o capitalismo não seria possível sem o Estado. Justamente por isso, a emancipação seria o autogoverno dos trabalhadores, um levante que também seria contra o Estado.

Como Marx, Clastres desenvolveu a sua visão antiestatal através da desnaturalização do Estado. Esta premissa foi central para que o antropólogo francês compreendesse as sociedades

indígenas não como “sociedades sem Estado, mas contra o Estado” (p.160). Isto significa que os ameríndios desenvolveram meios de conjurar os perigos do desenvolvimento de desigualdades que resultassem na relação mando – obediência, própria ao Estado. Neste sentido, o profetismo seria um fenômeno de rejeição ao surgimento de chefias poderosas que poderiam resultar no surgimento do Estado; as chefias indígenas não teriam poder coercitivo e a onipresença da guerra impediria “a mudança social e o surgimento das desigualdades via dispersão dos diferentes grupos” (p.169).

Os dois primeiros capítulos do livro, portanto, desenvolvem o argumento de que Marx se afastou do eurocentrismo a partir de 1867 e que o antiestatismo permeou toda a sua obra. Assim, ao menos teoricamente, haveria possibilidades de um diálogo entre o revolucionário alemão e a América indígena.

Esta possibilidade é experimentada no terceiro capítulo, no qual a aproximação entre Marx e as sociedades indígenas é pensada através das lutas Yonomami e do perspectivismo ameríndio. Os termos desta aproximação não são óbvios. Num ensaio clássico, Eduardo Viveiros de Castro apontou a existência de duas “escolas” antropológicas em relação aos povos indígenas: a “clássica”, que se destacou pelo desenvolvimento do perspectivismo ameríndio; e a do contato, cuja principal preocupação seria o contato interétnico ou o “contexto” enquanto Estado ou a expansão do capitalismo. Viveiros de Castro criticou a escola do contato por ser pouco esclarecedora em relação aos povos indígenas, contrastando com a abordagem que ele e outros etnólogos “clássicos” teriam adotado.¹

É provável que, ao menos em parte, Tible tenha concordado com as críticas de Viveiros de Castro à escola do contato, o que explicaria então a opção de dialogar mais de perto com os etnólogos informados pelo perspectivismo ameríndio. Contudo, as razões da escolha não são explicitadas no livro. Explicá-las certamente facilitaria ao leitor acompanhar os pontos de partida usados para a construção do argumento central da obra.

No terceiro capítulo são desenvolvidos três pontos de aproximação entre o pensamento marxiano e a América indígena. O primeiro são as formas contra o Estado desenvolvidos pela classe operária e grupos indígenas. Aquela desenvolveu a forma-comuna na Comuna de Paris; estes

¹ VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo B. Etnologia brasileira. In: MICELLI, Sérgio. *O que ler nas Ciências sociais* (1970- 1995). v.1. São Paulo: Sumaré/ ANPOCS, 2002. p.109-223.

elaboraram a forma – confederação, e as Confederação dos Tamoios e dos Iroqueses são exemplos disto, e a forma -conselho, que pode ser vista nos conselhos desenvolvidos pelos Yonomamis na Venezuela.

O segundo elemento de aproximação é a crítica da economia política. Aqui, é o pensamento desenvolvido pelo líder Yonomami Davi Kopenawa que entra em cena e fica bem clara a sua potência crítica. Assim, os brancos seriam “o povo da mercadoria”, e justamente a mercadoria teria esfumado o seu pensamento (p.272). Na verdade, tudo seria conformado por ela, desde as leis, a escrita, a violência urbana e a desigualdade. O ponto de partida é de horror ao capitalismo e o contraste não poderia ser maior: “não temos pobres. Cada um pode usar terra, pode brocar roca, pode caçar, pescar” (p.274).

O terceiro ponto é o mais polêmico deles: o deslocamento do sentido da produção. A partir das contribuições dos autores do perspectivismo ameríndio, Tible argumenta que “produção” no conceitual indígena envolve a interação entre humanos e não humanos, e a predação teria um papel central aqui. Este trânsito entre humanos e não humanos coloca em questão a separação entre natureza e cultura.

Em uma tentativa de aproximação com o pensamento marxiano, Tible afirma que Marx teria desenvolvido “sua concepção da relação homem- mundo na qual o homem é imediatamente um ser do mundo e parte da natureza” (p.267). O homem faz parte da natureza e não produz nada sem ela, de maneira que a produção não o retira do reino dela, da natureza. Ainda assim, estamos distantes do conceitual indígena. Esta distância talvez indique que há limites para a aproximação entre Marx e as sociedades indígenas.

Um aspecto importante do livro foi usar a chamada etnologia “clássica” na confrontação com o pensamento de Marx. Em contraste, os historiadores da “Nova História Indígena” tem privilegiado o diálogo com a “escola do contato”, principalmente por causa das dificuldades que a primeira coloca ao historiador. Neste sentido, as contribuições de *Marx Selvagem* podem ajudar na avaliação de potencialidades da investigação histórica sobre sociedades indígenas a partir de um diálogo com a etnologia “clássica”.

Referências Bibliográficas

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo B. Etnologia brasileira. In: MICELLI, Sérgio. *O que ler nas Ciências sociais* (1970- 1995). v.1. São Paulo: Sumaré/ ANPOCS, 2002. p.109-223.